

GT- Governança Interfederativa– PDUI SP

Data: 06 de Julho de 2016

Ver lista de Presença

Discussões:

Chucré (EMPLASA) inicia a reunião relembrando os assuntos discutidos na última reunião, como Fundos, Sistemas de Financiamentos, Quadro de Consenso, conflitos; condicionantes jurídicos, instrumentos específicos de governança (independentemente do processo legal); experiências internacionais e por fim, sistemas de informação e monitoramento.

Dirce (Emplasa) comenta que há algumas propostas que chegam e precisam ser analisadas. Exemplo: bilhete único de transporte. Precisa haver acordo entre os poderes e pode ser um acordo de Governança independentemente do modelo que se tem..

Carolina (PMSP): Semana passada havíamos colocado os assuntos em uma ordem de prioridade. O levantamento de instrumentos correlatos, foram selecionados para depois. Para hoje ficou um pouco confuso, mas quem tivesse proposituras sobre as categorias de análise as traria como contribuições. Nós trouxemos.

1. As diretrizes de governança, pactuadas entre os membros da PMSP e
2. Tabulação sobre posições das entidades federativas, Estado e Município. Foram analisadas as relações entre autarquias e entidades, enfim, fizemos um quadro sobre isso.

Plínio (Guarulhos): Pergunta sobre a validação desses itens no Comitê Executivo. Chucré responde que essa estrutura de governança, sob o ponto de vista institucional, ainda não foi apresentada, pois não temos um modelo para levar às instâncias superiores.

Carolina lembra que ainda que cheguemos apenas às diretrizes, fundamentadas, já é possível chegar ao nível superior de decisão. Carlos (CIOESTE) diz que a PMSP tem contribuição como já foi dito, portanto, sugere que seja apresentada. Carolina pergunta como entra a Emplasa: é uma das empresas?

Chucré disse que não há sentido em se pensar no papel da Emplasa desse modo.

A ideia, diz Chucré, é construir uma única proposta e não termos propostas diferentes das entidades participantes. Pensa que o Estado deve sim, fazer uma proposta para discussão. Não devemos apresentar os modelos agora. Antes, devemos consolidar tudo o que está na mesa, depois apresentamos.

Carlos, seguido por outros participantes, pede que o Estado faça sua proposta para que se possa conhecer e discutir o mais brevemente possível. Chucré diz que se está falando de dois trabalhos: um de nivelamento e outro de propostas. Ainda não existe uma proposta acabada. Podemos até concordar com as outras propostas.

Carolina apresenta a proposta da PMSP:

Estruturas de Governança Interfederativa. Essa apresentação é aquele texto que já circulou. O texto era grande e foi sendo revisto e ficando mais sintético.

Carlos observa que é preciso atentar para as Constituições Estadual e Federal que preveem uma série de competências e na competência concorrente, os estados e municípios tem liberdade para legislar, mas a União pode apenas legislar complementarmente. Ainda há leis ordinárias que podem conflitar. Pode haver um sério conflito de competência funcional. Devemos atentar para as palavras que usamos. Plínio complementa que isto é muito pertinente, mas um dos eixos, é a condicionante jurídica, ou seja, essa preocupação está posta. Carol completa que nossa preocupação é a questão política, especialmente neste momento, sem prejuízo dos aspectos jurídicos.

O que é competência de tomada de decisão, de deliberação, está constando, composta pelos entes federativos. O texto apresentava uma lógica e tinha uma posição da Prefeitura em face disso. A representação deve contemplar uma instancia interfederativa. Compartilhar a esfera de decisão junto com o poder executivo.

Carlos diz que são dois momentos: o primeiro é a elaboração do PDUI e depois a continuidade e implantação do PDUI. Carol diz que não. Fala de uma instância para deliberar sobre o PDUI. Depois, essa instância pode compartilhar a deliberação junto ao Poder Executivo.

Chucré fala que devemos discutir a partir do Plano. Sania (Emplasa e AGEM-Baixada) fala que essa instância tem obrigação de estar junto o tempo todo. Na Baixada, por exemplo, o Plano já foi feito e hoje precisa de ajustes.

Continuando a apresentação, Carolina diz que a estrutura de governança interfederativa deve articular e ser dirigida diretamente por instância de poder executivo e não vincular à administração direta. Deve operar instrumentos para articular e regular as demais entidades para instrumentalizar o PDUI.

A estrutura de governança deve integrar-se ao subsistema de governança integrado à União. SIMM – Sistema de Informações Metropolitanas, em desenvolvimento pela Emplasa, é uma plataforma de gestão, com dados em formato aberto e com o apoio de todos.

Apresentou a lógica das propostas¹. Mostra, ainda, outro *slide* que representa uma tabela e descreve as colunas e respectivos títulos. Busca revelar as entidades de administração indireta do Estado e dos municípios para se pensar nas sobreposições. São "categorias de análise". Mapeadas as FPIC: Planejamento e Uso do solo, transporte e mobilidade, etc. Foi inserida Governança. Na frente de cada FPIC, foram colocadas as empresas e respectivo vínculo com a administração direta. Informa se o capital é misto, quem é o controlador e como se remete a esse sobre a tomada de decisão para atividades- fim. Há possibilidade de subsidiárias? Há um campo que descreve as atividades do órgão. Fontes de recursos, representação do corpo diretivo, são outras informações solicitadas na tabela. Os Conselhos devem trazer a informação mais detalhada de sua representação. Por fim, há um campo para analisar conflito e sobreposições.

Há empresas que foram alteradas e não aparecem na tabela. Hamilton diz que falta a coluna da legislação, que na verdade, aparece na última coluna. Carlos diz que esse texto tem uma

¹ Ver slides apresentado no GT de Governança e enviado aos membros participantes via correio eletrônico.

contradição com aquele visto anteriormente. A questão da gestão paritária, por exemplo. Carlos disse que fez um comentário sobre isso já enviado ao Chucre.

Encerrada a exposição de Carolina, Hamilton faz a apresentação em nome do Consórcio do Grande ABC.

Debates:

Sania pergunta se houve discussão sobre orçamentos. Não houve foi a resposta.

O grupo que fará análise jurídica deve fazer os diagnósticos sobre legislação a ser alterada ou compatibilizada. Temos um mês e meio para construir a proposta.

Há uma discussão com o procurador da Casa Civil e hoje, temos discussão com o Ministério Público.

Isis (CIMBAJU) comenta que não percebeu no modelo apresentado quem será o executor. Hamilton disse que o Conselho Executivo seria equivalente a Agência.

Chucre diz que a pergunta de Sania é muito importante, pois o financiamento é o mais relevante. Não se pode impôr a outro ente que faça o pagamento por algo que não foi decidido por ele e sim por outros entes e tampouco por consenso.

Carolina corrobora com a fala de Carlos. Esses exemplos que trouxemos nos ajudam a materializar um plano de trabalho de estratégia política. Devemos sistematizar o encaminhamento dentro de dois meses, termos uma estrutura de diretrizes para o modelo, reconhecer que esse modelo é algo desejável para determinados horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo). Sitematizar isso como encaminhamento. Uma meta para expressarmos e vislumbrarmos uma estrutura, pois quanto antes chegarmos a um modelo, melhor. Juntar os conceitos é importante, pois Lívia (Consórcio do Grande ABC) comentou que há coisas que o ABC propõe e são iguais às da PMSP, mas com nomes diferentes.

Plínio: Começamos a ter materia prima para discussão de conteúdo. Faz- se necessário que a Emplasa apresente para termos clareza dos pontos de conflito.

Chucre diz que com relação à União, ainda não temos a interlocução, mas teremos brevemente.

Sania fala que devemos pensar em outros Ministérios, mas isso é mais importante para Santos por causa do porto.

Há discussões que são internas ao Estado. As Secretaria de Meio Ambiente tem como incumbência fazer o ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico e precisamos estar muito articulados.

Sugestão de compartilhar esse trabalho com os demais membros e, inclusive, aquela tabela. Podemos ir complementando isso, com os Conselhos, fundos, etc. Chucre diz que nem tudo pode ficar na mesma planilha. O GT interno da Emplasa pode discutir como estruturar essas informações e verificar estudos já existentes na Emplasa.

Carolina sugere que se agende um reunião amanhã às 14:30 h na sala de diretoria da Emplasa para discutir os conteúdos e depois se faz os encaminhamentos para a próxima reunião, inclusive agenda.

Pauta para próxima semana: Se a Baixada Santista quiser apresentar os seus estudos, será muito bom.

Carolina fala sobre audiência municipal do município de São Paulo e pede para que se divulgue na Plataforma.,